

Em Pauta

O processo legislativo do Senado a serviço da cidadania
15 a 19 de outubro de 2007 – Nº. 24

O Senado Federal: transparência e participação popular

O Senado Federal e o Congresso Nacional têm reafirmado, continuamente, mediante a realização de audiências públicas, o seu compromisso com a transparência do exercício da representação federativa e congressional. Dessa forma, os Senadores cumprem as exigências do princípio da transparência, um dos princípios que norteiam a nossa democracia representativa e republicana.

De fato, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 2000), o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas asseguram a transparência. Nesse sentido tanto o Senado quanto o Congresso praticam a transparência.

Na semana passada, pela primeira vez na história do Senado, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida pelo Senador Paulo Paim (PT-RS), promoveu a participação de crianças numa audiência pública. O tema dos debates foi o papel das crianças, na construção da cidadania, à luz da legislação participativa. Iniciativas como essa formam cidadãos cada vez mais conscientes das atividades e das limitações do exercício do poder público.

Para esta semana, a agenda legislativa do Senado evidencia a realização de novas audiências públicas para tratar dos mais diversos assuntos de interesse nacional.

Assim, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo Senador Aloizio Mercadante (PT-SP), promove audiência pública com o presidente da Federação Brasileira dos

Bancos (Febraban), sobre as tarifas bancárias. A Comissão de Educação (CE), sob a presidência do Senador Cristovam Buarque (PDT-DF), e a sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, presidida pelo Senador Demostenes Torres (DEM-GO), também se reúnem em audiência pública para debater a nova lei geral de Comunicação Social Eletrônica. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), e a respectiva Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, presidida pelo Senador Papaléo Paes (PSDB-AP), debatem, igualmente por audiência pública, a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que assegura recursos para o financiamento de ações de saúde.

Quanto ao Congresso, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) encerrou, na semana passada, em Brasília, o ciclo de nove seminários regionais pelo País. Para o Senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da CMO, a transparência é a marca mais forte do Orçamento 2008. Foram colhidas mais de mil propostas da sociedade para o aperfeiçoamento dos projetos de Lei Orçamentária Anual (LOA 2008) e do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), que tramitam naquela Comissão.

Em suma, a diversidade das temáticas, das regiões e dos partidos envolvidos nas audiências públicas assegura a efetividade dos mecanismos institucionais de transparência da representação federativa e formação da cidadania. Tais mecanismos atestam que o Senado e o Congresso levam em consideração as demandas sociais na elaboração das políticas públicas.